

"ELEMENTOS COMPARATIVOS ENTRE O SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO DA ARGENTINA, BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO, E A CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA NEOLIBERAL"

Carlos Bauer de Sousa
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)
Luís Roberto B. Paiva
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

RESUMO

Apresentamos um estudo comparativo sobre os embates travados pelo sindicalismo docente universitário em quatro países da América Latina (Argentina, Brasil, Colômbia e México) durante a implementação das reformas universitárias neoliberais, denominadas como contrarreformas universitárias por Leher (2008) ocorridas a partir da década de 1990. A temática versa sobre o sindicalismo docente universitário e os objetos de estudo são as entidades sindicais nacionais e, na ausência destas, como no México, entidades com projeção nacional. O estudo está centrado nas universidades públicas. O referencial teórico utilizado é o materialismo histórico tendo como elementos mais importantes de análise: precarização do trabalho docente, interesses de classe na orientação das políticas públicas, expansão do ensino superior na lógica neoliberal, autonomia universitária, sindicalismo como produtor e difusor de conhecimento. Não obstante a delimitação temporal definida, procedemos a incursões referentes ao surgimento desse sindicalismo – década de 1960 e 1970 – e à contextualização econômica e política que marcou a década de 1980 – com a crise da dívida externa – e que foi determinante para a assunção de governos alinhados com teses neoliberais nos anos 1990. A metodologia de trabalho fundamentou-se na análise de dados provenientes de três fontes: a revisão da produção bibliográfica sobre o tema e os objetos de estudo, em geral baseada em conflitos ou processos de âmbito nacional; utilização de materiais produzidos pelas próprias entidades sindicais (fontes primárias) e entidades parassindicais, bem como documentos oficiais – governamentais, organismos internacionais, universitários, institutos de estatística – e da grande imprensa; entrevistas realizadas com vinte e cinco (25) professores universitários nas viagens que realizamos para conhecer as entidades sindicais e algumas instituições universitárias em que elas atuam. As entrevistas formam a base primordial do trabalho e foram realizadas por meio de questionários semiestruturados, que apesar de contar com um direcionamento prévio, estava aberto para questões ou informações que surgissem no decorrer da entrevista. O objetivo da triangulação de fontes não foi conferir a “veracidade” dos relatos, mas ampliar a compreensão do entendimento dos objetos de estudo e sua inserção no contexto nacional e internacional, almejando ainda identificar elementos comuns e distintos ocorridos durante o período de implementação da contrarreforma universitária e a reflexão e percepção desses professores a esse respeito. A pesquisa indicou que apesar da expansão verificada no número de matrículas, cursos

e disciplinas, esse é um processo bastante desigual entre estes países, ainda que haja também fatores comuns. Isso ocorre por conta da histórica e conjuntura particular de cada país. Assim, por exemplo, na Colômbia, a eliminação física de dirigentes sindicais é um recurso para a promoção das reformas neoliberais, com execução de professores universitários no corredor de instituições (Universidade de Antioquia, Medellín). Então, para cada país, há particularidades essenciais para a compreensão das formas que assumiu a contrarreforma universitária e que explicam ainda as estratégias, discursos e práticas da resistência assumidas pelo sindicalismo docente.

Palavras Chave – Educação superior na América Latina; Sindicalismo Docente Universitário; Reforma universitária.

Origem do sindicalismo docente universitário

O presente texto é resultado da dissertação de mestrado defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho e está fundado em três categorias de fonte: depoimentos de 25 professores de diversas instituições dos quatro países citados; revisão bibliográfica; materiais produzidos pelas próprias entidades, instituições universitárias e imprensa.

As viagens foram realizadas entre dezembro de 2014 e outubro de 2015 e contamos com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio de uma bolsa de estudos do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP).

A constituição do sindicalismo docente universitário é um fenômeno recente, situado entre fins da década de 1960 e 1970 e associado às transformações por que passou a instituição universitária em todo o mundo no pós-guerra.

A ampliação de matrículas, criação de instituições, cursos e disciplinas alterou radicalmente a forma da relação dos docentes com a universidade. O aumento do número de professores bem como a dedicação exclusiva a tal atividade, foram elementos estruturantes da profissionalização da atuação docente.

Mesmo na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), onde a organização de trabalhadores técnico-administrativos e de docentes é tão antiga quanto o reconhecimento da “autonomia universitária”, de 1929, foi somente a partir da década de 1970 que a luta pelo reconhecimento de direito à organização sindical ganhou ímpeto.

Outro traço do surgimento do sindicalismo docente universitário latino-americano está associado às mobilizações estudantis que ocorreram em fins dos anos 1960 e início de 1970, como no México, onde resultaram em enfrentamentos com as forças repressivas em 1968 na Praça das Três Culturas (Tlatelolco) e em 1971 nas proximidades da *Benemérita Escuela Nacional de Maestros*, também na Cidade do México. Isso não significa que o sindicalismo docente universitário seja um apêndice dos movimentos estudantis, mas é inegável que a atmosfera política vivida pelos estudantes era a mesma onde transitavam e atuavam professores e trabalhadores técnico-administrativos universitários.

Tampouco podemos restringir a ação política dos docentes universitários ao período posterior à estruturação de suas entidades sindicais. Há inúmeros exemplos (Greve dos docentes universitários da UnB ainda na década de 1960) que atestam períodos de mobilização, mas que ultrapassam o recorte temporal do tema deste texto.

Ainda sobre o México, o epicentro desse processo de organização sindical foi a UNAM e deu-se com a criação do Sindicato de Trabalhadores e Empregados da UNAM (STEUNAM) seguido de vários conflitos e uma longa greve (1972/1973). Pouco depois, em 1974, os docentes fundam o Sindicato do Pessoal Acadêmico da UNAM (SPAUNAM).

Em 1977, durante uma difícil greve, os dois sindicatos unificaram-se originando o Sindicato dos Trabalhadores da UNAM (STUNAM), uma entidade mista (trabalhadores acadêmicos e administrativos) e central no movimento sindical universitário mexicano desde então. Uma entidade que congregue docentes e trabalhadores universitários é algo bastante raro, mesmo no México.

Há na UNAM, ainda, a Associação Autônoma de Pessoal Acadêmico da UNAM (AAPAUNAM), fundada também em 1974 e que responde hoje pela representação majoritária dos acadêmicos desta universidade, porém com uma postura menos crítica e sem desempenhar em nível nacional o mesmo papel do STUNAM.

Além da conjuntura autoritária e do descontrole inflacionário, a luta pelo reconhecimento do direito à organização sindical também foi marcada por fatores próprios da categoria e das instituições de ensino superior no México: a) a resistência das autoridades acadêmicas e mesmo de setores mais conservadores de professores de se reconhecerem inseridos em relações trabalhistas; b) uma interpretação da atuação sindical como “negação” da autonomia universitária.

Acreditamos que estes fatores, vinculados ao fato do ensino superior mexicano se destacar como um setor de grande capacidade de mobilização, verificado tanto pelos movimentos de estudantes como trabalhadores, foi determinante para que os dirigentes do Partido Revolucionário Institucional (PRI), no poder desde 1929, se opusessem à criação de uma entidade sindical nacional.

Na Argentina, tal como no México, a organização do sindicalismo docente universitário foi antecedida por uma intensa mobilização social contra a ditadura de Onganía encabeçada pelo movimento estudantil, mas com forte participação proletária: o Cordobazo e o Rosariazo, em 1969.

A primeira paralisação docente universitária ocorreu em março de 1971, ainda durante a ditadura militar de Lanusse, na Universidade Nacional do Sul (UNS) no Departamento de Matemática. Foram ajudantes e assistentes que obtiveram o apoio de professores¹.

Ainda em 1971 teve início a organização da Associação de Docentes e Investigadores da Faculdade de Ciências Exatas (ADIFCE) na Universidade de La Plata, que em 1973 impulsionou a criação da Associação de Docentes da Universidade de La Plata (ADULP). Nos três anos seguintes os docentes universitários criaram várias associações por faculdades e universidades que se agruparam na Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA), com professores de todos os segmentos de ensino. Esse processo de organização sindical teve início ainda sob a ditadura, mas intensificou-se com o retorno de Perón (1973).

Efetivado o golpe militar de 1976, as organizações sindicais universitárias foram desmanteladas, muitos militantes afastados, demitidos, presos, torturados, mortos ou dados como desaparecidos. A reorganização do sindicalismo docente foi retomada em 1983 acompanhando a redemocratização do país e em outubro de 1984 foi criada a Coordenadora Nacional de Docentes Universitários (CONADU) que seria elevada à condição de “confederação” em abril do ano seguinte.

Na Colômbia, a criação da Associação Sindical dos Professores Universitários (ASPU), da mesma forma que México, é coetânea aos processos de mobilização estudantil ocorridos no início da década de 1970, como relata o professor da Universidade Nacional (Bogotá), Juan de La Cruz Sanchez:

¹ Na Argentina as universidades estão organizadas em geral por cátedra e um professor coordena o trabalho de outros professores que assumem diversas designações (adjuntos, associados, práticos, ajudante de primeira, ajudante de segunda) que são responsáveis pelas aulas e aplicação de exames.

ASPU tem uns 45 anos. É da década de 1970. Antes o que havia eram associações de professores universitários, mas não sindicatos. Eram associações civis, que inclusive tinham de ter registro na câmara de comércio. Eram regidas pela lei de comércio e não de trabalho. (PAIVA, 2016, p. XVII)

A Colômbia é um país historicamente marcado pela violência política. Valencia e Ospina (2012, p.31) em seus trabalhos, indicam que dos 2.870 sindicalistas colombianos assassinados entre 1977 e 2011, 889 eram professores, militantes de base da Federação Colombiana de Docentes (FECODE) o que corresponde a 31% do total. A execução de professores motivou o estabelecimento do dia do “Professor caído”: 25 de agosto.

A ASPU esteve por um breve período (1986-1993) vinculada à FECODE, mas essa experiência foi abandonada e a ASPU recobrou sua autonomia.

No Brasil o processo de organização sindical também é um fenômeno da década de 1970 que se desenvolveu ainda durante a ditadura militar. A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) foi criada em 1981, mas só pode converter-se em sindicato, com suas respectivas seções sindicais, depois da Constituição em 1988.

Nas palavras de Ridenti (1995, p.73), desde meados da década de 1970² foram sendo criadas associações por professores universitários, que começaram a estabelecer contatos por meio de encontros paralelos que ocorriam durante as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em julho de 1978, na 30ª reunião desta entidade, realizada na Universidade de São Paulo (USP), a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) teria fixado um cartaz convocando uma reunião de membros de associações presentes ao evento e promovido o início dessa articulação.

Nas instituições privadas de ensino superior também houve um processo de organização, mas a perseguição das administrações se fez implacável e os militantes foram perseguidos e demitidos, dificultando que este importante segmento acompanhasse no mesmo ritmo a organização dos docentes das universidades públicas, com exceção de algumas poucas instituições confessionais.

A partir do encontro na USP foram realizados três Encontros Nacionais de Associações Docentes (os ENAD): São Paulo, em 1979; João Pessoa, em 1980; e

² Há, no entanto, registro de associações de professores universitários anteriores à década de 1970, como afirma Donatoni (2006, p. 6157): a Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), fundada em 1960, a Associação dos Professores da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (APUREMG), criada em 1963 e que hoje se denomina Associação dos Professores da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV), e a Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (APUSM), de 1967, servem como exemplo.

Campinas, em 1981. Em sequência ao encerramento do III ENAD foi realizado de 17 a 20 de fevereiro de 1981 o Congresso Nacional dos Docentes do Ensino Superior, quando foi fundado o ANDES, então associação.

No caso do Brasil, a organização sindical docente universitária está associada a um período de mobilização e reorganização sindical, estudantil e popular, e muitos de seus quadros eram oriundos do movimento estudantil da década de 1960.

Comparado ao sindicalismo tradicional dos seus respectivos países, o sindicalismo docente universitário, é não apenas tardio, mas exibe como traço maior horizontalidade. Talvez, por isso, apresente altíssimas taxas de sindicalização se comparadas a outras categorias, mesmo de funcionários públicos, que tradicionalmente apresentam números de sindicalizados superiores às do setor privado.

Obviamente, que desta descrição não resulta a existência de uma democracia “operária” idealizada e em diversas entrevistas foram relatados vícios sindicais das entidades como burocratismos, personalismos, imobilidade de dirigentes por longos períodos, acomodamentos, alianças com autoridades universitárias. Porém, em geral – há exceções e no México, devido à fragmentação, esse elemento parece mais acentuado, ainda que seja necessário um estudo específico – as direções das entidades sindicais apresentam discursos e práticas antigovernamentais que se situam, da esquerda até a extrema esquerda, no espectro político.

Outro elemento comum ao sindicalismo docente universitário destes países foi sua participação na redemocratização e/ou fortalecimento das instituições democráticas. Países como Brasil e Argentina atravessaram ditaduras militares enquanto que Colômbia e México, apesar de formalmente possuírem regimes democráticos, manifestaram grandes deformações em seus mecanismos de representação.

A Colômbia conviveu durante décadas – de 1958 a 1974, mas que para alguns estudiosos estendeu-se até a década de 1980 – com um sistema de alternância no poder, acertado entre os dois principais partidos (Liberal e Conservador), que se denominou de Frente Nacional. No México o PRI governou ininterruptamente por 71 anos e entre fins da década de 1940 e 1970 nenhum novo partido pode legalizar-se. Portanto, nos quatro países, os processos de redemocratização ou abertura política, constituem elementos comuns.

As pautas contidas nos diversos materiais produzidos pelas entidades sindicais podem ser agrupadas em três eixos: democratização da sociedade; defesa da universidade pública; luta pelas melhorias profissionais.

No Brasil, Argentina e Colômbia esse processo de organização sindical resultou na formação de entidades nacionais com seções sindicais. No México a criação de uma organização nacional foi frustrada pelas autoridades universitárias e governamentais prevalecendo sindicatos por instituições. Porém, neste país, há uma entidade denominada Frente Ampla de Sindicatos Universitários e da Educação Superior (FASUES) que abriga três vertentes organizativas (LECHUGA; RAMOS, 2012, p.81): a) CONTU – Confederação Nacional de Trabalhadores Universitários, com 48 sindicatos (19 administrativos e 29 acadêmicos) e de prática mais moderada; b) FNSU – Federação Nacional de Sindicatos Universitários, com cerca de 30 entidades, inclusive o STUNAM, com práticas mais independentes do governo e democracia interna; c) CNSUES – Coordenadora Nacional de Sindicatos Universitários e da Educação Superior, com aproximadamente 20 sindicatos e com uma prática e discurso mais radical.

Contrarreforma e a resistência dos trabalhadores

O Banco Mundial (BM), em 1994, publicou o documento “*La Enseñanza Superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*” (utilizamos a versão em espanhol de 1995), que caracteriza uma crise mundial no âmbito do ensino superior devido ao descompasso entre a procura e a criação de vagas. Entre 1974 e 1994 o ensino superior teria sido o nível de ensino que registrou maior procura (BM, 1995, p.18) superando o crescimento econômico e os recursos orçamentários disponíveis.

O texto responsabiliza o modelo estatal pela insuficiente ampliação do número de vagas e lenta criação de cursos e instituições universitárias. Crítica fortemente as universidades públicas a partir de uma lógica assentada nas premissas do pensamento liberal: um suposto custo mais elevado dos estudantes em relação ao setor privado, o “baixo” número de alunos por professor, uma elevada taxa de evasão e o peso da assistência estudantil (BM, 1995, p.22).

Para o BM seriam investimentos não apenas ineficientes, mas regressivos, pois beneficiariam as camadas sociais com maior poder aquisitivo. Segundo o BM não seriam necessários investimentos no ensino superior público dos países em desenvolvimento.

[...] a realidade fiscal na maioria dos países em desenvolvimento indica que melhoramentos da qualidade e o aumento das matrículas no ensino pós-

secundário, podem ser obtidos com pouco ou nenhum aumento do gasto público. BM (1995, p.4, tradução nossa).

Para alcançar estes objetivos o BM estabeleceu quatro metas:

- Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluído o desenvolvimento de instituições privadas;
- Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e resultados;
- Redefinir a função do governo no ensino superior;
- Adotar políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade.

As mudanças “recomentadas” pelo BM atentavam contra as bases do Reforma Universitária de Córdoba, ocorrida em 1918 na Argentina. Como destaca Leher (2008, p.55),

Não é casual que a ofensiva neoliberal dos anos 1990 objetivou destruir todos os fundamentos dos reformistas: a gratuidade, o governo democrático e o pluralismo político, a autonomia, a liberdade de pensamento e de expressão, garantidas por cátedras paralelas e pelo ingresso por meio de concurso público, o co-governo, o acesso universal, a natureza pública dos processos institucionais. (LEHER, 2008, p.55).

Conceituamos as propostas da reforma universitária neoliberal, conduzida pelos diferentes governos latino-americanos, como *contrarreforma neoliberal*, pois significam um retrocesso para as instituições públicas e a comunidade universitária, concomitantemente reforçando a dependência econômica, política, tecnológica e cultural dos países latino-americanos em relação às grandes corporações e aos países desenvolvidos.

Não obstante tratar-se de uma reforma que abarca vários sistemas de ensino, ainda que de forma distinta, identificamos nas pesquisas sobre o sindicalismo docente, a predominância de estudos de caráter nacional.

A Colômbia apresenta uma literatura muito exígua sobre o sindicalismo docente universitário. O tema predominante nas Ciências Humanas deste país são os conflitos armados, um fato compreensível quando nos inteiramos que o sindicalismo daquele país equivale a 0,0002% do total mundial, mas foi responsável por 60% dos assassinatos de sindicalistas ocorridos entre 1986 e 2013 (CENTRAL UNITÁRIA DOS

TRABALHADORES, 2015). Neste período, a cada três dias foi morto um sindicalista colombiano e simultaneamente a taxa de sindicalização despencou de 14% para 3,9%.

No México a fragmentação do sindicalismo universitário, imposta desde o governo central com base à manipulação do princípio da “autonomia universitária”, igualmente se evidencia como um obstáculo à realização de pesquisas nacionais sobre o sindicalismo docente universitário.

Há uma grande diversidade de nomenclaturas de cargos, formas de contratações e estruturação das instituições universitárias. O STUNAM possui um importante acervo no Centro de Investigações Históricas do Sindicalismo Universitário (CIHSU), mas tendo como foco a história sindical dos trabalhadores da UNAM.

Brasil e Argentina dispõem de uma literatura mais ampla sobre o tema, com significativa produção das próprias entidades sindicais, mas igualmente restrita aos conflitos nacionais.

Elemento comum a todos os países foram as legislações educacionais. Em todos eles os governos promoverem revisões legais ao longo das décadas de 1990 e 2000 para implantar as reformas: Lei 30 (Colômbia) em 1992; Lei 24.521 (Argentina) em 1994; Reforma constitucional do artigo 3º (México) em 1993; Lei 9.394 (Brasil) em 1996.

Em todos estes países foram criados organismos e entidades de avaliação das instituições universitárias³ que sustentam como missão a modernização do ensino superior, mas que através do contingenciamento e condicionamento de verbas a determinados resultados ou desempenho, impõem formas de organização e de proceder, baseadas em modelos empresariais, direcionando a criação de cursos, disciplinas e pesquisas em função das necessidades dos mercados. A avaliação institucional foi uma importante ferramenta na imposição de um determinado paradigma universitário neoliberal e limitação da autonomia universitária.:

À medida que as universidades e os sistemas de ensino superior vão prestando mais atenção a questões como as boas práticas de gestão de pessoal, aos problemas de liquidez, a posição no mercado, a diversificação de produtos e a responsabilidade, seu aspecto será mais “privado”, ainda quando sejam de propriedade estatal, recebam considerável apoio fiscal e se declarem

³ Argentina: Conselho Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária (CONEAU), criado em 1995; Brasil: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), criado em 2004, mas a avaliação remonta 1993 com o Programa de Avaliação Institucional (PAIUB) e posteriormente com os Exames Nacionais de Cursos (ENC) entre 1996 e 2003; Colômbia: Conselho Nacional de Acreditação (CNA), criado em 1992; México: Centro Nacional para a Avaliação da Educação Superior (CENEVAL) criado em 1994 e o Instituto Nacional para a Avaliação da Educação (INEE), criado em 2002, que organiza um exame nacional para os recém-formados possam ser diplomados.

abertamente “públicos” em sua missão (JOHNSTONE; ARORA; EXPERTON, 1998, p.4, tradução nossa).

Essa diretriz gerencialista, de conceber a instituição universitária como uma empresa e a educação como um serviço (mercadoria), estabeleceu diferentes formas de “medir” a produção do professor, bem como ampliar a divisão do trabalho acadêmico. Nesta perspectiva a pesquisa acadêmica restringe-se a um setor da universidade, em geral a pós-graduação, enquanto que a graduação deve se dedicar ao ensino.

São criados indicadores que “atestam” individualmente a produção baseados na relação de número de estudantes por professor, no número de publicações, número de alunos orientados, e na participação de eventos. Significativa parcela do “tempo livre” do professor passou a ser apropriado pelas instituições, com a transferência de atribuições administrativas – via plataformas e meios digitais. Com isso não apenas aprofundou-se a exploração, mas da mesma forma, o controle sobre o professor.

Um dos traços mais perversos da contrarreforma é o estímulo às formas de vínculo empregatício precário, com a proliferação de professores sem estabilidade. Docentes que são forçados a trabalhar em várias instituições e que passaram a ser conhecidos pejorativamente como “professores táxis”. Nas universidades públicas da Argentina, Colômbia e México, que concentram a maior parte das matrículas do ensino superior, estas formas de contratação precária superam em muito o número de professores de carreira (concursados). No Brasil, onde o setor privado abarca a maioria das matrículas (70%) do ensino superior, essas formas de contratação são minoritárias nas instituições públicas, mas vêm crescendo.

Os docentes precarizados só podem dedicar-se ao ensino, não dispõem de espaços e tempo para atender ou orientar os alunos, não participam de linhas de pesquisa e extensão, não estão envolvidos na elaboração dos projetos dos departamentos e mesmo da vida acadêmica da instituição. Tampouco podem compor o colégio eleitoral que escolhe a autoridade universitária e, não raro, têm vetado o direito à sindicalização. Chegam, ministram sua aula e se vão. É igualmente danosa à produção de conhecimento e fruição de uma vida acadêmica democrática e participativa.

Essa “flexibilidade” na contratação assume várias formas nestes países e está na base da ampliação do número de matrículas com a redução de gastos por aluno – com exceção do Brasil, onde a expansão se deu principalmente no setor privado e, a partir do governo Lula, fortemente financiado com investimento público.

No México, devido à liberdade que gozam as autoridades universitárias para celebrar acordos e estabelecer formas de contratação, as denominações dos cargos, os planos de carreira e condições de trabalho são diversos. Na UNAM há os chamados professores de “asignatura”, contratados por semestre letivo para uma disciplina.

Nesta instituição apenas 28,5% dos docentes possuem tempo completo enquanto que os professores de “asignatura” ou horas constituem 71,5% da força de trabalho. Na folha de pagamento da UNAM – 46,6% do orçamento em 2008 – 30% correspondem aos professores de tempo completo e 16,6% aos precarizados (LECHUGA; RAMOS, 2012, p.73).

Na Colômbia os professores com contratos precários são denominados de “catedráticos”. De acordo com dados do Ministério da Educação Nacional (MEN) da Colômbia em 2012 havia 111.124 professores no sistema de ensino superior – em instituições públicas e privadas – dos quais 33.084 eram de tempo completo, 12.767 de meio período e 65.273 que trabalhavam por hora (catedráticos). No entanto, devemos salientar que ser professor de “tempo completo” na Colômbia não é sinônimo de contrato efetivo ou estabilidade, podendo estes dados mascarar números de precarização ainda mais alarmantes.

Na Argentina, berço da emblemática Reforma Universitária de Córdoba (1918), havia em 2014 nas 49 universidades nacionais, aproximadamente 100.000 docentes sem estabilidade, sem concurso (mais de 70% do total) e ainda outros 30.000 que lecionavam e que não recebiam salários, denominados como “ad honorem” (BAIGORRIA, 2015, p.7). Segundo a própria autora, professora da Universidade do Litoral e secretaria adjunta da CONADU Histórica⁴, em entrevista concedida, o número de “ad honorem” foi reduzido para 20.000 em 2015 por conta da ação das entidades sindicais. Os “ad honorem” podem trabalhar durante vários anos até acumularem um “antecedente” que os habilitem a disputar alguma das vagas remuneradas, mas sem estabilidade.

⁴ Há na Argentina seis entidades (federações e confederações) que representam os docentes universitários nas negociações nacionais com o governo: CONADU – Federação Nacional dos Docentes Universitários. Filiada à Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) - dos Trabalhadores; CONADU Histórica – Federação Nacional dos Docentes, Investigadores e Criadores Universitários. Filiada à CTA – Autônoma; FEDUN – Federação dos Docentes das Universidades. Sem filiação à central sindical, estava na Central Geral dos Trabalhadores (CGT); CTERA – Confederação dos Trabalhadores da Educação da República Argentina. Filiada à CTA – Autônoma; UDA – União dos Docentes da Argentina. Sem filiação a central sindical; FAGDUT – Associação Gremial dos Docentes da Universidade Tecnológica Nacional. Sem filiação a central sindical. Constituem-se como principais as duas CONADUS e a FEDUN.

Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil a figura do “professor substituto” não era significativa, mas em 2011 o governo Dilma Rousseff editou a Medida Provisória nº 525, depois transformada na Lei 12.425 em 17 de junho de 2011, que amplia a possibilidade de contratação do “professor substituto” para suprir a expansão das instituições federais de ensino, estabelecendo um limite de vinte por cento (20%) do quadro de efetivos. Essa lei, ainda que tenha um limite estabelecido, aponta para o processo de precarização como dos países mencionados acima, mas em várias universidades estaduais é mais comum que nas federais.

No entanto, a precarização não atende apenas a interesses de redução de custos. O Banco Mundial (JOHNSTONE; ARORA; EXPERTON, 1998, p.24) identifica na comunidade universitária (alunos, professores e trabalhadores técnico-administrativos), o principal foco de resistência à contrarreforma e busca minar essa oposição por meio de mecanismos de precarização (vínculos precários, terceirizações, remuneração por resultados). Abordando as políticas de fragmentação do movimento docente universitário, Chomsky (2014, p. 24) observa:

Bem, pois transfiram isso às universidades (insegurança): como conseguir uma maior insegurança dos trabalhadores? Essencialmente, não lhes garantindo o emprego, mantendo a gente pendente por um fio que pode cortar-se em qualquer momento, de maneira que melhor que estejam com a boca fechada, aceitem salários ínfimos e façam seu trabalho [...] E que na medida em que as universidades avançam pela via de um modelo de negócio empresarial, a precariedade é exatamente o que se impõe. (nossa tradução).

O objetivo seria desencorajar e minar o espírito e esforço coletivo como forma de obtenção de melhorias salariais e de condições de trabalho adequadas. A manutenção do emprego fica sujeita às relações com as autoridades universitárias e maior dependência da indicação dos “chefes políticos regionais”, constituindo um “clientelismo”, como relatado por professores da Universidade de Antioquia (UdeA) e da Universidade Estadual do Piauí (UEPI) em entrevistas a nós concedida.

O número de matrículas das universidades públicas mais que dobrou no período, enquanto que o de professores aumentou em 32,53%. Esse é um quadro comum a todos os países. Conforme Sguissardi (2006, p.1030) igualmente o Brasil vivenciou tal situação no período 1994-2002:

[...] o ensino superior público federal teve uma expansão de 37% nas matrículas e uma redução de 5% no seu corpo docente e de 21% no seu quadro de funcionários, além do quase congelamento salarial de docentes e funcionários técnico-administrativos.

Em todos estes países, os docentes universitários, assim como os demais trabalhadores, foram vítimas das reformas previdenciárias. Infelizmente, por motivo de espaço não temos como explicar as alterações em cada um dos países citados, mas foram inúmeros os movimentos de resistência.

Outro aspecto relevante sobre o sindicalismo docente universitário nestes quatro países é a “produção e divulgação de conhecimento” como decorrência da atuação e mobilização sindical e não apenas como objeto de investigação para pesquisadores sobre o tema. É abundante o número de meios e suportes pelos quais as entidades sindicais estimulam e fazem circular pesquisas e artigos relacionados ao ensino superior e a todo o sistema educativo. No Brasil a adoção e ampliação da jornada de dedicação exclusiva foi uma conquista do movimento sindical na década de 1980 e repercutiu sobre todo o sistema universitário: ensino, pesquisa e extensão.

A promoção de eventos e cursos com a presença de pesquisadores e mesmo a manutenção de instituições universitárias, como a “Universidad Obrera de Mexico” que publica a revista “Trabajadores” é outro exemplo. O STUNAM, além da preservação da memória e estímulo às pesquisas sobre a gênese e desenvolvimento do sindicalismo docente na UNAM, auxilia investigadores na publicação de pesquisas sobre o sindicalismo e as condições de trabalho docente, alguns inclusive citados aqui (LECHUGA e RAMOS).

Na Argentina coletamos várias publicações das entidades sindicais sobre temas educacionais candentes e sobre a história do movimento sindical docente universitário, com a contribuição de muitos professores (CONADU Histórica).

Na Colômbia a Asoprudea de Medellín mantém uma revista intitulada “Lectiva” que publica artigos mais reflexivos sobre a política educacional e uma publicação mais variada – da poesia a temas mais analíticos – “Palabra” com vários autores.

No Brasil o ANDES edita há vinte e seis anos (26) a revista semestral Universidade e Sociedade, e algumas de suas seções sindicais, como a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), produzem constantemente materiais como dossiês sobre variados temas relacionados à educação e questões políticas e históricas. Há que se destacar que a contrarreforma universitária, em todos os países, foi confrontada por estas entidades não somente por motivações corporativas, mas por visões e projetos distintos da educação e de sociedade.

Diante das limitações de espaço não é possível abarcar a diversidade de “frentes” que o sindicalismo docente universitário desses países se ocupa, como o

atendimento das demandas individuais de professores (orientações sobre processos administrativos e civis; estudos e explicação sobre planos de carreira e evolução; denúncias sobre temas variados que podem envolver assédio moral, assédio sexual, favorecimentos, denúncias de abuso de poder por parte das autoridades; serviços assistenciais) ou temas mais abrangentes como privatizações, terceirizações; educação à distância; apropriação do tempo livre dos professores (trabalho invisível); reforma trabalhista e previdenciária; instituição de mecanismos de avaliação que individualizam as possibilidades de ganhos salariais; o produtivismo acadêmico; as formas de mobilização (greves, passeatas, aulas públicas); a luta pela participação da comunidade universitária nos organismos deliberativos. Igualmente os sites, com informações sobre a entidade, bem como seu papel organizador e mobilizador são importantes ferramentas de organização.

O foco deste trabalho foi apontar comparativamente alguns elementos comuns e distintos do sindicalismo docente universitário de quatro países e, não fazer um balanço sobre o avanço da contrarreforma universitária, ainda que esta seja visível em vários aspectos quando comparamos com as condições e estruturas que regiam o ensino superior anterior a década de 1990. Não obstante é necessário destacar o importante papel desempenhado pelas entidades docentes sindicais e o movimento estudantil, para refrear, e às vezes derrotar, as propostas mais agressivas da contrarreforma, bem como estimular o debate e a reflexão na busca da constituição de projetos anti-hegemônicos.

BIBLIOGRAFIA

ARGENTINA. MINISTERIO DE EDUCACIÓN. PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. **Anuário de estatísticas universitárias**, 2013. Disponível in: < <http://portal.educacion.gov.ar/universidad/>>. Acessado em 15/12/2015. 12:42h.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: 1995 (versão em espanhol). Disponível em: < <http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>>. Acessado em: 05 de mar.de 2015.

BAIGORRIA, Cláudia. **Docentes universitarios arrancan el ciclo con una semana de paros**. Central de trabajadores de la Argentina. Buenos Aires, ano X, nº108, mar/2015.

BASURTO, Jorge. **Los movimientos sindicales en la UNAM**. México D.F. : UNAM/Instituto de Investigaciones Sociales, 1997. 289p.

BECERRA, Ligia Alba Melo; RAMOS F., Jorge Enrique; SANTAMARIA, Pedro Oswaldo Hernández. **La Educación Superior em Colombia**: Situación Actual y Análises de Eficiencia. Borradores de economía, num.808. Bogotá: Banco de la Colombia, 2014, 49 p.

CENTRAL UNITÁRIA DOS TRABALHADORES (CUT). Cartaz. Documento iconográfico com denúncia sobre mortes, assassinatos e torturas de militantes sindicais. 2015. Bogotá. Acervo do autor.

CHOMSKY, Noam. **Sobre el trabajo académico, el asalto neoliberal a las universidades y cómo debería ser la educación superior.** Revista Lectiva n.24. Associação de Professores da Universidade de Antioquia. Asoprudea. Medelin: dez de 104. pp.23-31.

CONADU HISTORICA. Federação Nacional de Docentes, Investigadores e Criadores Universitários. **El sindicalismo docente universitario: Aportes a la Reconstrucción colectiva desde CONADU HISTORICA (1971-2011).** Buenos Aires: Ediciones CONADU HISTORICA e CTA (Central de Trabajadores da Argentina), 2011. 149p.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: O ensino superior, da Colônia à Era Vargas.** 3ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007a. 305p.

_____. **A universidade crítica: O ensino superior na república populista.** 3ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007b. 216p.

DONATONI, Alaíde Rita. **Trajectoria do ANDES: Velho/Novo espaço da educação não formal.** Anais do VI congresso luso brasileiro de história da educação. Uberlândia: 17 a 20 de abril de 2006. Disponível in: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/programacaoindividuais8.htm>>. Acessado em 20/01/2016. 9:08h.

JOHNSTONE, D.Bruce; ARORA, Alka; EXPERTON, William. **Financiamiento y gestión de la enseñanza superior: Informe sobre los progresos de las reformas en el mundo.** Washington, D.C. 1998. Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2012/11/13/000425962_20121113172945/Rendered/PDF/NonAsciiFileName0.pdf>. Acessado em 10/12/2015. 16:45h.

LECHUGA, Maria Teresa; RAMOS, Arturo. **Magister Changarrization: los nuevos sujetos académicos y el trabajo precario em la educación superior.** 2. ed. México D.F. : STUNAM/Red Tap/Cultura, Trabajo y Democracia/GIIS, 2012.

LEHER, Roberto. **Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos.** Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista. Disponível in: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/07leher.pdf>. Acesso em 06/09/2015 às 17h31m.

PAIVA, Luís R.B.de. **SINDICALISMO E ASSOCIATIVISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO NA AMÉRICA LATINA: História e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010).** 2016. 702f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

SNIES. Sistema Nacional de Informação do Ensino Superior. **Estatísticas.** Disponível em: <<http://www.mineduacion.gov.co/sistemasdeinformacion/1735/w3-article-212400.html>>. Acessado em 17 de fev.2015. 16:16h.

SGUISSARDI, Valdemar. **Reforma universitária no Brasil – 1995-2006**: precária trajetória e incerto futuro. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p.1021-1056, out. 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a18v2796.pdf>>. Acessado em 20/01/2016. 17:03h.

_____. **Universidade brasileira no século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 341p.

VALENCIA, León; OSPINA, Juan Carlos Celis. **Sindicalismo asesinado**: reveladora investigación sobre la guerra contra los sindicalistas colombianos. Cota: Random House Mondadori, 2012. 253p.